

em destaque:

PE aprova a sua proposta sobre a repartição de lugares após as eleições de 2009

Os eurodeputados aprovaram, um relatório sobre a alteração das disposições do Tratado da União Europeia relativas à futura composição do Parlamento Europeu. Após 2009, Portugal deverá ficar com 22 eurodeputados, como já previsto em Nice. Os Deputados do PSD apoiaram a aprovação do Relatório embora considerem que **não é uma solução perfeita e que tem o defeito de, não estabelecendo uma regra, obrigar a uma nova negociação no quadro de futuros alargamentos**, apoiam o relatório Lamassoure sobre a composição do Parlamento Europeu por 3 razões:

1. Porque alguns Estados-Membros não aceitam uma mera definição de princípios gerais e colocam como **condição a definição rigorosa da composição do PE antes de aceitar o Tratado Reformador**, o que **poderia comprometer o principal objectivo da Presidência Portuguesa da UE**.
2. Porque Lamassoure propõe uma **solução de compromisso equilibrada que respeita um limite mínimo que garante o pluralismo da representação dos pequenos Estados** e atende à dimensão demográfica dos restantes através de um princípio de proporcionalidade degressiva que **acautela uma relação justa entre os Estados**.
3. Porque, assim, se **põe travão às tentativas inaceitáveis de Deputados alemães, polacos, espanhóis e italianos de reforçar o peso dos Estados mais populosos "esmagando" a representação dos Estados médios como Portugal**.

Tratado Reformador: objectivo continua a ser acordo em Lisboa

"O nosso objectivo temporal é claro: obter um acordo político na Cimeira Informal de Lisboa de 18-19 de Outubro e proceder à assinatura do Tratado Reformador ainda durante este semestre. É neste sentido que temos vindo a trabalhar e assim continuaremos a fazê-lo", disse no PE o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Manuel Lobo Antunes, no debate sobre a Cimeira Informal de Chefes de Estado e de **Governo da próxima semana**.

Reforço da capacidade e segurança dos aeroportos na Europa

Na UE, a procura de voos aumenta a uma média de 5,2% ao ano. **Em 2025, a procura será 2,5 vezes superior à de 2003**.

"Mesmo tendo em conta todos os novos investimentos, mais de 60 aeroportos serão incapazes de responder à procura das horas de ponta sem atrasos ou incapazes de satisfazer a procura, ficando por realizar 3,7 milhões de voos por ano", avança um relatório da Comissão dos Transportes aprovado em plenário em 11 de Outubro.

*"gostaria de expressar o nosso **profundíssimo pesar** pelo falecimento de Fausto CORREIA. Era um homem de convicções, mas um homem de afectos, um homem muito bom e solidário. Sentimos muito a falta dele"*

João de Deus Pinheiro

PE solicita o levantamento do bloqueio imposto à Faixa de Gaza

Numa resolução aprovada em plenário sobre a situação humanitária em Gaza, os eurodeputados **apelam ao levantamento do bloqueio à livre circulação de pessoas e mercadorias e instam Israel a garantir o fluxo de recursos financeiros para a Faixa de Gaza**,

Este fluxo encontra-se suspenso desde 25 de Setembro.

Rescaldo da Sessão Plenária de 10 e 11 de Outubro de 2007

Abertura da sessão:

➤ Parlamento Europeu presta homenagem a Fausto Correia

O Presidente do Parlamento Europeu comunicou aos eurodeputados a triste notícia do falecimento de Fausto Correia, aos 55 anos. O Presidente destacou o percurso académico e político de Fausto Correia, que, desde 2004, era deputado no Parlamento Europeu. *"Era muito apreciado pela sua defesa da democracia e pelos valores da amizade. Vai faltar muito a todos nós, aos seus amigos e à sua família"*, disse Hans-Gert Pöttering.

O Parlamento Europeu respeitou em seguida um minuto de silêncio pela morte do eurodeputado português.

Antes de dar início ao primeiro debate da sessão, dedicado à Cimeira de Lisboa de 18 e 19 de Outubro, o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Manuel **Lobo Antunes**, disse: *"O Senhor Presidente compreenderá que antes de me referir concretamente ao ponto da agenda que hoje nos traz aqui, e me traz aqui, lhe transmita, em nome do Governo português e também da Presidência portuguesa do Conselho, os nossos agradecimentos pela referência tão calorosa e tão amiga, e eu julgo que também tão justa, que fez a propósito do desaparecimento tão inesperado e tão doloroso do meu compatriota e deputado a este Parlamento, Dr. Fausto Correia."*

Os portugueses ficaram abalados com esta notícia porque foi a notícia do desaparecimento de alguém que era, efectivamente, um homem bom e que foi, para todos nós, um exemplo de luta pela dignidade humana e pelos valores em que acreditamos: os valores do Estado de Direito e os valores do respeito pelos direitos humanos.

A sua perda imensa é um facto, temos apenas que tentar, se formos capazes, de lhe seguir o exemplo. Agradeço sinceramente a homenagem que este Parlamento lhe prestou, como o Governo português também obviamente lhe presta."

Homenagem de eurodeputados portugueses durante o primeiro debate da sessão (10 de Outubro)

João de **Deus Pinheiro** (PPE/DE): *"Ao intervir hoje gostaria de, em meu nome pessoal e do grupo que represento neste Parlamento, expressar o nosso profundíssimo pesar pelo falecimento de Fausto Correia. Era um homem de convicções, mas um homem de afectos, um homem muito bom e solidário. Sentimos muito a falta dele"*.

Pedro **Guerreiro** (CEUE/EVN): *"Gostaria de iniciar a minha intervenção expressando em meu nome pessoal e em nome do meu grupo os nossos mais sinceros pesares pela morte do colega Fausto Correia"*.

Edite **Estrela** (PSE): *"Queria começar por agradecer, em nome da delegação portuguesa socialista, todas as manifestações de pesar pela morte do meu querido amigo Fausto Correia. A sua morte deixa-nos a todos muito mais pobres, à democracia portuguesa, ao Partido Socialista português e também a este Parlamento"*.

Fausto CORREIA

Grupo Socialista no Parlamento Europeu

Membro

Portugal

Partido Socialista

Nascido em 29 de Outubro de 1951, Coimbra

Membro

- 20.07.2004 / 09.10.2007: Grupo Socialista no Parlamento Europeu
- 21.07.2004 / 10.04.2005: Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais
- 15.09.2004 / 14.03.2007: Delegação às Comissões Parlamentares de Cooperação UE-Cazaquistão, UE-Quirguizistão e UE-Usbequistão, e para as Relações com o Tajiquistão, o Turcomenistão e a Mongólia
- 11.04.2005 / 14.01.2007: Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos
- 15.01.2007 / 30.01.2007: Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos
- 31.01.2007 / 09.10.2007: Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos
- 15.03.2007 / 09.10.2007: Delegação para as Relações com os Países da Comunidade Andina

Membro suplente

- 21.07.2004 / 14.01.2007: Comissão dos Transportes e do Turismo
- 15.09.2004 / 13.03.2007: Delegação para as Relações com o Mercosul
- 15.01.2007 / 30.01.2007: Comissão dos Transportes e do Turismo
- 31.01.2007 / 09.10.2007: Comissão dos Transportes e do Turismo
- 14.03.2007 / 09.10.2007: Delegação para as Relações com o Mercosul
- 24.05.2007 / 09.10.2007: Delegação à Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana

Instituições

➤ **Declaração do Presidente do PE sobre a pena de morte**

Comemorando o Dia Mundial e Europeu contra a pena de morte, o Presidente do PE reafirmou que a pena capital é uma "violação séria dos direitos humanos, especialmente do direito à vida", e apelou à Presidência portuguesa da UE que defenda "de forma activa" na Assembleia Geral das Nações Unidas uma moratória universal. "Atribuámos grande importância a este assunto nas nossas relações com os países vizinhos e com os nossos parceiros no mundo", declarou Hans-Gert Pöttering.

O Presidente do PE reafirmou o "forte compromisso" da instituição parlamentar na luta contra a pena de morte. Deu como exemplo o Ruanda, que aboliu recentemente a pena capital, e disse que os Jogos Olímpicos de Pequim serão uma boa oportunidade para "romper os muros de silêncio" existentes na China.

Ontem, em Lisboa, realizou-se uma Conferência sobre a instituição do Dia Europeu contra a pena de morte, criado no âmbito do Conselho da Europa e congregando, assim, todos os Estados europeus. Segundo José Sócrates, "trata-se de um marco simbólico do empenho da Europa nesta causa, que se insere na longa tradição europeia de defesa dos Direitos Humanos".

Falando em nome da Presidência portuguesa, José Sócrates afirmou que *"a Europa não pode ser só um espaço de prosperidade económica. A dimensão de intransigência na defesa dos Direitos do Homem e o inconformismo perante o sofrimento daqueles que vivem noutros espaços devem continuar a ser também uma marca indelével da identidade europeia"*.

Portugal foi o primeiro país da UE a abolir a pena de morte, em 1867.

➤ **Enfermeiras búlgaras condenadas à morte na Líbia no PE**

A convite do Presidente do PE, as enfermeiras búlgaras e o médico palestiano que foram condenados à pena de morte na Líbia, onde estiveram detidos mais de oito anos e que regressaram à Bulgária a 24 de Julho, assistiram à abertura da sessão plenária.

Durante a visita ao Parlamento Europeu, o pessoal médico foi recebido pelo Presidente da instituição, Hans-Gert Pöttering, e por representantes dos grupos políticos.

➤ **Tratado Reformador: objectivo continua a ser acordo em Lisboa**

"O nosso objectivo temporal é claro: obter um acordo político na Cimeira Informal de Lisboa de 18-19 de Outubro e proceder à assinatura do Tratado Reformador ainda durante este semestre. É neste sentido que temos vindo a trabalhar e assim continuaremos a fazê-lo", disse no PE o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Manuel Lobo Antunes, no debate sobre a Cimeira Informal de Chefes de Estado e de Governo da próxima semana.

Em nome da Presidência portuguesa do Conselho, Manuel LOBO ANTUNES afirmou:

"O balanço deste processo negocial é, até agora, francamente positivo. Não obstante tratar-se de um tema politicamente muito sensível, com contornos técnico-jurídicos bastante complexos, também foi possível concluir as negociações respeitando o calendário previamente definido. Para tal, é imperioso reconhecer o empenho de todos os parceiros, incluindo dos representantes do Parlamento Europeu, Elmar BROK, Enrique BARÓN CRESPO e Andrew DUFF, cujo contributo tem sido inestimável neste trabalho".

"Não é segredo que este ou aquele Estado-Membro quererá ainda debater uma ou outra questão. A Presidência está fortemente empenhada em continuar a trabalhar activamente na busca de soluções aceitáveis e equilibradas para todos. Não queremos, nem iremos deixar ninguém de fora. Na União Europeia percorremos o nosso caminho em conjunto. É pois essencial que, além da determinação da Presidência na busca de soluções, haja da parte de todos vontade política para avançar a bem do futuro da União".

"A Presidência agendou uma discussão sobre o projecto de Tratado Reformador na próxima reunião do CAGRE, no dia 15 de Outubro. O nosso objectivo temporal é claro: obter um acordo político na Cimeira Informal de Lisboa de 18-19 de Outubro e proceder à assinatura do Tratado Reformador ainda durante este semestre. É neste sentido que temos vindo a trabalhar e assim continuaremos a fazê-lo".

"Não posso deixar também de reconhecer a prontidão com que o Parlamento Europeu respondeu à solicitação do Conselho Europeu de Junho para apresentar, até Outubro, uma proposta sobre a sua composição. É, portanto, com apreço que a Presidência portuguesa toma nota dos avanços nos trabalhos e dos esforços desenvolvidos pelos relatores Alain LAMASSOURE e Adrian SEVERIN na elaboração do relatório que hoje submetem ao plenário".

"A definição da posição do Parlamento Europeu é muito importante para o bom andamento dos trabalhos da Conferência Intergovernamental, que deverão terminar na Cimeira Informal de Lisboa, nos próximos dias 18 e 19 de Outubro. Esperamos que possa ser alcançado o acordo dos

Senhores Deputados em torno desta questão e que uma proposta seja apresentada nesta Cimeira, cumprindo-se assim o calendário previsto".

Parte da próxima Cimeira dedicada à Estratégia de Lisboa

Manuel LOBO ANTUNES afirmou ainda que, *"pela sua relevância e actualidade, e seguindo a linha que se tornou tradição desde Hampton Court, a PPUE [Presidência portuguesa da União Europeia] decidiu dedicar uma parte da próxima Cimeira Informal à Estratégia de Lisboa"*.

"Com o objectivo de preparar o novo ciclo trienal da Estratégia de Lisboa renovada, o Conselho Europeu de Março deste ano convidou a Comissão a apresentar um relatório intercalar no Outono de 2007 tendo em vista a sua proposta de Orientações Integradas para o Crescimento e o Emprego (2008-2010), a apresentar no final do ano. A Comunicação apresentada pela Comissão Europeia na passada semana constitui a resposta a este mandato. Trata-se de um vision paper destinado a lançar as pistas para o debate sobre o novo ciclo. Foi um documento preparado pela Comissão, mas cuja elaboração resultou de um intenso trabalho de colaboração que a PPUE tem vindo a desenvolver com esta instituição e com a Eslovénia com vista à preparação do Conselho Europeu da Primavera de 2008. O documento constitui, neste contexto, uma excelente base para estimular o debate dos Chefes de Estado e de Governo. No essencial, a Comunicação salienta que a Estratégia de Lisboa revista deve continuar a constituir o enquadramento adequado para a resposta que a Europa tem que dar aos principais desafios que se colocam, nomeadamente o da globalização".

"Os objectivos fixados e os domínios prioritários escolhidos em 2005 mantêm-se adequados. Na medida em que se trata de uma estratégia de longo prazo, o novo ciclo deverá, nas suas grandes linhas, preservar a estabilidade necessária para consolidar os resultados. Mas aproveitando a dinâmica criada pelos progressos já alcançados, a aceleração das reformas deve tornar-se a nossa prioridade. Em paralelo, o contexto globalizado, em constante evolução, exige a projecção dos objectivos políticos e económicos da UE para além das suas fronteiras razão por que a dimensão externa da Estratégia de Lisboa deverá ser aprofundada. Esta será certamente a vertente a desenvolver no debate dos Chefes de Estado e de Governo na reunião informal. A UE tem as condições económicas e políticas que simultaneamente lhe permitem influenciar o processo de globalização e dar uma resposta consistente aos desafios que esta coloca".

A Comissão apresentará em Dezembro, para debate e adopção no Conselho Europeu da Primavera de 2008, um pacote de documentos sobre o novo ciclo, incluindo uma proposta de linhas directrizes integradas para 2008-2010 e novas iniciativas a lançar no quadro do novo Programa Comunitário de Lisboa.

Em nome da Comissão Europeia, Margot WALLSTRÖM elogiou a *"forma constante"* com que a Presidência portuguesa conduziu este processo negocial, advertindo que *"divergências em Lisboa"* em nada contribuirão para o avanço da Europa.

Intervenção dos grupos políticos

Joseph DAUL (PPE/DE, FR) disse que a Presidência portuguesa conseguiu *"manter o ritmo"* e que *"poderá chegar a um acordo sobre a reforma dos Tratados"*, saudando a *"determinação da Presidência"* lusa na condução da CIG. *"Estamos dispostos a contentarmo-nos com um acordo equilibrado"*, afirmou em nome do seu grupo, lembrando que uma Europa forte e eficaz a 27 não se pode basear no Tratado de Nice. *"Todas as iniciativas que tenham por objectivo travar a Europa devem ser erradicadas"*, declarou, enfatizando a necessidade de prestar atenção aos interesses dos cidadãos.

Martin SCHULZ (PSE, DE) salientou que *"está agora nas mãos da Presidência portuguesa aquilo que é necessário fazer na União Europeia"*. Na Cimeira de Lisboa devem ser *"lapidadas as últimas arestas"* para se entrar na fase de ratificação do Tratado. Segundo o líder dos socialistas, *"podemos estar optimistas no que toca a Lisboa"*, tendo em conta o cumprimento do mandato do Conselho Europeu de Junho, negociado sob Presidência alemã, uma vez que *"o projecto corresponde ao mandato"*. No entanto, mesmo que se consiga um êxito em Lisboa, resta saber se o projecto será depois ratificado nas outras capitais. *"O fracasso será o fim da UE na sua forma actual"*, avisou. *"Se a UE se dividir, este continente vai passar por maus momentos"*.

Para Graham WATSON (ALDE, UK) falta no texto a definição de uma "cidadania europeia", uma questão que considera fundamental. "Não podemos ter duas classes de cidadãos", disse, referindo-se aos opt-outs para o Reino Unido e para a Polónia em relação à Carta dos Direitos Fundamentais. Se não podem aceitar, "então que se divorciem da União Europeia", rematou.

"Precisamos de imaginação política", declarou Konrad SZYMAŃSKI (UEN, PL). O eurodeputado polaco tem dúvidas sobre a "honestidade das intenções", afirmando que SCHULZ, ao referir-se a nacionalismos, "está a apontar o dedo às pessoas erradas".

Monica FRASSONI (Verdes/ALE, IT) considera que "o texto é pouco legível" e que "isso é do interesse" dos líderes europeus. Segundo a eurodeputada, "não foi melhorada a transparência do processo", questionando "porque é que o PE deve ser co-responsável" pelo texto. "Qualquer pessoa que o leia vê que não é isto que os cidadãos pretendiam", mas "é melhor do que nada", afirmou. "Vamos apoiá-lo, mas não podemos mentir", concluiu.

Francis WURTZ (CEUE/EVN, FR) opõe-se ao projecto de Tratado. O artigo 24º – protecção dos cidadãos no que diz respeito ao tratamento dos dados pessoais – é um "monstro jurídico" e um "atentado à democracia", disse. "Só uma leitura muito atenta poderá decifrar" um documento que irá ser determinante para a vida dos cidadãos europeus, sublinhou.

Jens-Peter BONDE (IND/DEM, DK) criticou a "atitude discriminatória" por só três grupos políticos do PE estarem representados na CIG e o facto de o texto ser "ininteligível".

Frank VANHECKE (ITS, BE) fez eco das preocupações do eurodeputado anterior, referindo-se à "forma pouco democrática da tomada de decisão". Sobre a imigração, o representante do grupo ITS disse que "há problemas de absorção graves" na UE.

Para Maciej Marian GIERTYCH (NI, PL), o documento não é muito diferente do projecto de Constituição Europeia rejeitado pelos cidadãos franceses e holandeses, adiantando que não dará o seu aval ao novo Tratado.

Intervenção de eurodeputados portugueses

João de Deus PINHEIRO (PPE/DE): "Ao intervir hoje gostaria de, em meu nome pessoal e do grupo que represento neste Parlamento, expressar o nosso profundíssimo pesar pelo falecimento de Fausto CORREIA. Era um homem de convicções, mas um homem de afectos, um homem muito bom e solidário. Sentimos muito a falta dele.

Dizer, em seguida, que **a Presidência portuguesa tem dado mostras de uma determinação que importa sublinhar em não deixar alterar os objectivos do Tratado**, tal como foram acordados pelos Chefes de Estado e de Governo. Temos a certeza que assim vai continuar e que teremos um novo Tratado antes do dia 20 de Outubro. Por isso não direi mais.

Quanto à Estratégia de Lisboa, devo felicitar a Presidência e a Comissão por finalmente terem percebido aquilo que vimos dizendo há muito tempo: **que, a menos que se dê à Comissão mais competências e responsabilidade na Estratégia de Lisboa do que aquilo que se fez em 2000, a Estratégia de Lisboa não dará frutos**. Envolver mais a Comissão, fazer da Comissão o pivot da Estratégia de Lisboa, é uma boa direcção e temos esperança que esta nova orientação possa vir a dar frutos.

Finalmente, dizer que **envolver o tema da globalização na discussão da próxima Cimeira Informal é um bom sinal, porque de globalização se trata o mundo em que hoje vivemos e não podemos imaginar que a Cimeira com África ou com a Rússia** – à qual desejamos as maiores felicidades – ou que a discussão dos câmbios do iene chinês ou do dólar americano não fazem parte deste fenómeno da globalização.

Como importa dizer, e a Comissão disse-o, que regras comuns no comércio internacional e abertura são importantes, como importante é a reciprocidade na ordem dos outros parceiros que conosco têm negócios e comércio. É um ponto importante, e só por essa razão, ou se fosse essa a única razão, já seria suficiente para enaltecer esta Comunicação da Comissão.

Senhor Secretário de Estado LOBO ANTUNES, desejo-lhe as maiores felicidades para esta Cimeira Informal que é talvez das mais importantes que tivemos nos últimos anos na União Europeia".

Maria da Assunção ESTEVES (PPE/DE): "A Cimeira Informal de Lisboa poderá fechar um período atribulado em que a Europa cruzou com a crise a sua ambição. O novo Tratado Reformador não terá o poder de refundar a Europa, próprio de uma Constituição Europeia. O novo Tratado é um não-conseguimento em relação à Constituição perdida, é um pequeno salto na história, não é um grande salto na história, é o que pode ser, não é o que deveria ser. Mas ele constitui um certo avanço no modo de a Europa ajustar as suas instituições aos novos desafios da geopolítica e ao debate do futuro.

Temos de reconhecer que o campo emocional do referendo limitou os impulsos da pura racionalidade da representação política. Um espaço público mal preparado para uma atitude visionária e cosmopolita levou-nos a um processo mais tímido e mais fechado do que a Convenção que abria a uma Constituição. Facto que não deverá sair da memória dos que se sentam à mesa do próximo Conselho Europeu. **A tarefa do Conselho é agora garantir a unidade essencial do Tratado segundo um princípio da máxima limitação das excepções. É evitar a erosão que está escondida nos opt-outs, nos originais compromissos de cavalheiros, como o de Ioaninna, nas derrogações da Carta. É garantir que o Tratado é uma ordem unitária e não uma ordem fragmentária.**

A outra tarefa do Conselho é **gerir a ratificação do Tratado, essencial para evitar uma inversão da trajectória europeia tão cara a todos os cidadãos.** É tempo de assumir que a legitimidade da Europa lhe vem sobretudo dos valores universais que defende, da consistência das suas instituições democráticas, do projecto de partilha em vista de uma justiça global que nasce precisamente na excelência da razão. É essa a legitimidade da Europa".

Pedro GUERREIRO (CEUE/EVN): "Gostaria de iniciar a minha intervenção expressando em meu nome pessoal e em nome do meu grupo os nossos mais sinceros pesares pela morte do colega Fausto CORREIA.

Sobre a reforma dos Tratados, a Presidência do Conselho apenas reafirmou que anseia atingir mais uma etapa, não a última, no processo de recuperação do projecto inscrito na dita Constituição Europeia, ou seja, mais um passo no processo iniciado em Junho, sob liderança da Presidência alemã, que procura impor o conteúdo essencial de um Tratado rejeitado, que apresentam de uma outra forma, procurando avançar à revelia e contra a vontade já expressa por povos, consubstanciando uma autêntica fraude política.

Com este Tratado pretende-se alicerçar as políticas neoliberais contra direitos e conquistas sociais, dando resposta aos interesses das grandes transnacionais; forçar o federalismo sob o domínio das grandes potências, num quadro em que é atribuída personalidade jurídica à União e são retiradas competências dos Estados; e militarizar a União Europeia como pilar da NATO, de forma a promover a ingerência e o intervencionismo segundo os interesses das grandes potências. Um Tratado que visa concretizar a criação de um bloco económico, político-militar, com ambições imperialistas. Um Tratado que não ultrapassará as profundas e insanáveis contradições desta integração europeia e que, pelo contrário, as agudizará.

Pela nossa parte, continuaremos a denunciar os reais objectivos deste Tratado, a afirmar a necessidade da sua rejeição e a exigir a realização de um amplo debate nacional e de uma consulta ao povo português, em prol de uma Europa de cooperação entre Estados soberanos e iguais em direitos, de progresso e de paz.

Por fim, gostaria de saudar a realização da grande manifestação promovida pela CGTP-IN que se realizará em Lisboa, no próximo dia 18 de Outubro".

Edite ESTRELA (PSE): "Querida começar por agradecer, em nome da delegação portuguesa socialista, todas as manifestações de pesar pela morte do meu querido amigo Fausto CORREIA. A sua morte deixa-nos a todos muito mais pobres, à democracia portuguesa, ao Partido Socialista português e também a este Parlamento.

A uma semana da Cimeira Informal quero estar optimista e acreditar que o bom-senso vai prevalecer. Quero estar optimista e acreditar que cada um dos 27 Estados-Membros vai assumir

as suas responsabilidades políticas perante os cidadãos dos respectivos países, perante os cidadãos europeus e perante o mundo. Quero acreditar que no dia 19 de Outubro, o Conselho Europeu vai fechar o acordo político e vai aprovar o Tratado Reformador, pondo termo a este impasse que se prolonga há demasiado tempo.

Estou optimista, porque todos estamos conscientes da necessidade de dar resposta às expectativas e dúvidas dos cidadãos europeus que legitimamente se interrogam quanto ao papel da União Europeia no mundo e quanto às vantagens que daí advêm para o seu futuro. Quero estar optimista porque todos sabemos que o mundo olha para a Europa à espera de um sinal positivo. Todos sabemos que o mundo precisa de uma Europa unida e coesa. Todos sabemos que o mundo não pára e que a Europa não pode ficar prisioneira dos egoísmos nacionais. Todos sabemos que é preciso sair do impasse para canalizarmos as nossas energias na promoção do desenvolvimento económico, na criação de emprego e no combate às alterações climáticas. É isto que é prioritário.

Os juristas chegaram a um acordo sobre a redacção do texto do Tratado e seus anexos. As dificuldades técnico-jurídicas, embora complexas, foram resolvidas. A CIG cumpriu o mandato que o Conselho lhe atribuiu. A Presidência portuguesa fez tudo o que estava ao seu alcance para ultrapassar os obstáculos. O Parlamento Europeu fez o seu trabalho, fora e dentro da CIG, onde os colegas Elmar BROK, Enrique BARÓN CRESPO e Andrew DUFF deram um contributo inestimável. Quer dizer que todos, até agora, cumpriram o seu dever com grande sentido de responsabilidade e no respeito dos prazos. Espera-se, agora, que não sejam criados obstáculos artificiais ditados pelas conjunturas políticas nacionais e não por reservas objectivas ao conteúdo do Tratado. Ninguém compreenderia que os mesmos Chefes de Estado e de Governo que aprovaram o mandato da CIG viessem agora dar o dito por não dito. Seria o descrédito. Entraríamos sim numa crise de consequência imprevisíveis. O texto pode não ser o melhor, mas é o possível e é melhor do que nada.

Permitam-me que termine com as palavras de Jean Monnet, e cito: A Europa será feita do conjunto de soluções que forem dadas às crises que consiga superar. Palavras sábias e premonitórias. Oxalá a Europa saiba estar à altura do momento para fazer história, para escrever mais uma página da história da construção europeia".

Miguel PORTAS (CEUE/EVN): "Falemos de opacidades. Diz a Carta dos Direitos Fundamentais que na Europa, cito, ninguém pode ser condenado à pena de morte nem executado. Muito bem, mas não é só isso que lá está. A fonte para a interpretação deste artigo é o presídio da Convenção Europeia, e ele estabelece excepções inaceitáveis. Por exemplo, os Estados podem restabelecer a pena de morte em caso de perigo iminente de guerra. Que conceito é este, Senhores? A mesma fonte de direito dá às forças da ordem cobertura para matar em caso de revolta e até para, cito de novo, efectuar uma detenção legal. Lembrem-se seguramente de Jean Charles de Menezes, assassinado em 2005 no metro de Londres. Foi um lamentável equívoco ou um crime que o futuro Tratado acaba por dar cobertura legal? Hoje em Lisboa, José SÓCRATES e Durão BARROSO discursaram contra a pena de morte. Com que autoridade se patrocina um Tratado que a admite agora pela porta das traseiras?".

➤ PE aprova a sua proposta sobre a repartição de lugares após as eleições de 2009

Os eurodeputados aprovaram, por 378 votos a favor, 154 contra e 109 abstenções, um relatório sobre a alteração das disposições do Tratado da União Europeia relativas à futura composição do Parlamento Europeu. Após 2009, Portugal deverá ficar com 22 eurodeputados, como já previsto em Nice.

De modo a preparar a resolução do problema da futura composição do Parlamento Europeu a tempo das eleições de 2009, o Conselho Europeu de Junho convidou o PE a apresentar, até Outubro, um projecto de iniciativa sobre a repartição de lugares. Os eurodeputados votaram a sua proposta de alteração das disposições do Tratado relativas à composição do PE.

O projecto de Tratado Reformador, que visa alterar o Tratado da UE, propõe um novo procedimento para a definição da composição do Parlamento Europeu que prevê um limite global

de 750 lugares, com um máximo de 96 e um mínimo de 6 por Estado-Membro, e o princípio da "proporcionalidade degressiva" (novo artigo 9º-A).

O relatório da Comissão dos Assuntos Constitucionais, elaborado pelos eurodeputados Alain LAMASSOURE (PPE/DE, FR) e Adrian SEVERIN (PSE, RO), salienta que o "princípio da proporcionalidade degressiva", que não está definido no Tratado, "deve ser clara e objectivamente esclarecido", de forma a servir de linha directriz à repartição de lugares no PE.

Segundo os deputados, o princípio da proporcionalidade degressiva significa que o rácio entre a população e o número de lugares atribuído a cada Estado-Membro deve variar em função da sua população respectiva, de modo a que "cada deputado de um Estado-Membro mais povoado represente mais cidadãos que cada deputado de um Estado-Membro menos povoado e vice-versa", mas também que "nenhum Estado-Membro menos povoado disponha de mais lugares que um Estado mais povoado".

O artigo 9º-A permite ainda congregar, dizem os deputados, o "princípio de solidariedade", pelo qual "os Estados mais povoados aceitam ficar sub-representados para permitir uma melhor representação dos Estados menos povoados".

Por exemplo, a Alemanha, actualmente com 99 eurodeputados, ficará com 96 (o limite máximo previsto no novo artigo 9º-A) e Malta, com cinco, subirá para seis deputados.

O relatório frisa, no entanto, que, "nas circunstâncias actuais, é importante garantir que nenhum Estado-Membro seja sujeito a reduções suplementares de lugares para além das resultantes do último alargamento". O PE considera que "não é conveniente, na presente fase, ponderar o impacto de futuros alargamentos", mas prevê que estes possam resultar numa "ultrapassagem provisória" do limite máximo de 750 eurodeputados, tal como foi feito para a adesão da Bulgária e da Roménia (que elevou o número de lugares para 785).

Actualmente com 24 lugares, Portugal deverá ficar, na legislatura 2009-2014, com 22 eurodeputados, como já previsto em Nice:

Estado-Membro	Situação actual	Tratado de Nice (a partir das eleições de 2009)	Proposta do relatório Lamassoure / Severin	Diferença Nice / relatório
Alemanha	99	99	96	-3
Áustria	18	17	19	+2
Bélgica	24	22	22	
Bulgária	18	17	18	+1
Dinamarca	14	13	13	
Eslováquia	14	13	13	
Espanha	54	50	54	+4
Finlândia	14	13	13	
França	78	72	74	+2
Grécia	24	22	22	
Hungria	24	22	22	
Itália	78	72	72	
Países Baixos	27	25	26	+1
Polónia	54	50	51	+1
Portugal	24	22	22	
Reino Unido	78	72	73	+1
República Checa	24	22	22	
Roménia	35	33	33	
Suécia	19	18	20	+2

Lituânia	13	12	12	
Irlanda	13	12	12	
Letónia	9	8	9	+1
Eslovénia	7	7	8	+1
Estónia	6	6	6	
Chipre	6	6	6	
Luxemburgo	6	6	6	
Malta	5	5	6	+1
Total	785	736	750	+14

Os eurodeputados solicitam à Conferência Intergovernamental (CIG) que inclua numa declaração – a juntar à Acta Final da CIG – o projecto de decisão que estabelece a composição do PE, com a reserva de que o mesmo será formalmente adoptado *"imediatamente após a entrada em vigor do Tratado Reformador"* (ou seja, depois de este ser ratificado por todos os Estados-Membros).

O PE solicita também ao Conselho que torne efectiva a declaração imediatamente após a entrada em vigor do novo Tratado, a fim de permitir que os Estados-Membros adoptem atempadamente as necessárias disposições internas para a organização das eleições para o Parlamento Europeu relativas à legislatura de 2009-2014.

Revisão da distribuição de lugares para 2014-2019

Os deputados querem que esta decisão seja revista, *"em tempo útil"*, antes do início da legislatura 2014-2019 com o objectivo de permitir futuramente, antes de cada nova eleição para o Parlamento Europeu, repartir os lugares entre os Estados-Membros *"de uma forma objectiva, com base no princípio da proporcionalidade degressiva"*, tendo em conta o eventual aumento do número de Estados-Membros e as evoluções demográficas.

Substituir a ponderação do número de habitantes pelo número de cidadãos europeus

O PE insiste no sentido de que se aproveite essa revisão para *"estudar a possibilidade técnica e política"* de substituir a ponderação do número de habitantes – estabelecido anualmente pelo Serviço de Estatística da UE (Eurostat) – pelo número de cidadãos europeus, solicitando à CIG que anexe esta declaração à sua Acta Final:

Projecto de declaração sobre o Protocolo nº 10 relativo às disposições transitórias (Título I: Disposições relativas ao Parlamento Europeu)

"Sem prejuízo da decisão do Conselho Europeu que estabelece a composição do Parlamento Europeu para o período 2009-2014, a Conferência convida o Parlamento a apresentar uma proposta relativa à eleição dos seus membros por sufrágio universal directo, nos termos do nº 1 do artigo 190º do Tratado sobre o Funcionamento da União, que define com maior precisão o termo «cidadãos» referido no nº 2 do artigo 9º-A do Tratado da União Europeia. Esta proposta deve ser elaborada atempadamente, antes das próximas eleições de 2014".

Debate que antecedeu a votação

Alain LAMASSOURE (PPE/DE, FR), um dos relatores da Comissão dos Assuntos Constitucionais sobre a composição do PE, explicou que a redacção do documento teve por base um Parlamento com um máximo de 750 deputados, em que cada Estado-Membro não pode ter mais de 96 deputados ou menos de seis. Os relatores optaram pelo princípio da proporcionalidade degressiva. Uma solução que, à excepção da Alemanha, não conduz a qualquer perda de deputados em qualquer Estado-Membro quando comparado com o que já estava previsto no Tratado de Nice.

Para o relator, esta ainda é uma *"solução provisória"*, já que seria desejável *"uma fórmula matemática a aplicar a futuros alargamentos, mas o curto espaço de tempo não o permitiu"*. O eurodeputado salientou ainda que esta proposta cria solidariedade entre os grandes e os pequenos Estados-Membros.

Adrian SEVERIN (PSE, RO), o outro relator do documento, salientou também a solidariedade entre países na construção de uma proposta aceitável para todos. *"Ninguém é penalizado. Ninguém perde, ninguém ganha"*, disse, acrescentando que o chumbo deste relatório significa que o PE não consegue decidir por si mesmo.

Intervenção dos grupos políticos

Ingo FRIEDRICH (PPE/DE, DE) é a favor do relatório, pois acredita que *"o interesse europeu é mais importante do que o nacional"*. O eurodeputado considera que, *"a longo prazo, temos de criar um sistema lógico e terminar com este debate sem fim à vista"*, acrescentando que, neste momento, o importante é enviar uma mensagem clara ao Conselho, ou seja, de que *"cumprimos as nossas responsabilidades num assunto delicado"*.

O envio de uma *"mensagem forte"* ao Conselho foi o foco da intervenção de Richard CORBETT (PSE, UK). O deputado anunciou que o relatório tem o voto favorável do seu grupo político, afirmando não perceber a atitude da Itália, que gostaria de ter os mesmos lugares que a França e o Reino Unido, mas que aceitou a aplicação do princípio da proporcionalidade degressiva em linha com a população de cada país.

Andrew DUFF (ALDE, UK) afirmou que o seu grupo apoia o relatório: *"Enquanto Parlamento, temos de enviar a mensagem de que somos capazes de tomar esta decisão corajosa e sofisticada"*. O diferendo entre nacionalidade, residência e cidadania na determinação do número de representantes preocupa o eurodeputado inglês, que, contudo, considera que o problema não pode ser resolvido uma semana antes do fim da CIG. *"Devemos dar um apoio sólido a esta proposta e apresentar uma solução, não um problema"*.

Brian CROWLEY (UEN, IE) considera que este assunto deve ser tratado com cautela, já que, dos 27 Estados-Membros, os dados relativos a 15 baseiam-se em estatísticas populacionais provisórias.

O Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia vai votar contra o relatório por considerar que este *"perpetua desigualdades históricas"* e acaba com a noção de Parlamento. *"Um Parlamento não é uma representação socio-económica dos Estados, mas dos cidadãos. Isto não corresponde a democracia"*, disse Johannes VOGGENHUBER (Verdes/ALE, AT).

Sylvia-Yvonne KAUFMANN (CEUE/EVN, DE) apoia, pessoalmente, o relatório porque considera que esta *"é uma proposta equilibrada, transparente e clara"* e que pode acomodar futuros alargamentos. Segundo a eurodeputada, *"a proporcionalidade degressiva promove a coesão"* porque se baseia na solidariedade entre Estados-Membros.

Para Bernard WOJCIECHOWSKI (UEN, PL), a discussão sobre quantos lugares terá cada um dos Estados-Membros demonstra que o *"espírito europeu é um mito"*.

Luca ROMAGNOLI (ITS, IT) disse que o relatório deve ser rejeitado, uma vez que *"ignora muitos factos"*. E questionou: porque é que, por exemplo, Malta e Estónia têm o mesmo número de eurodeputados (seis) se a população da Estónia é três vezes maior que a de Malta?

Para Irena BELOHORSKÁ (NI, SK), a proporcionalidade degressiva devia ser também aplicada ao emprego nas instituições europeias, com um aumento de lugares para pessoas dos *"novos"* Estados-Membros.

Intervenção de eurodeputados portugueses

Sérgio SOUSA PINTO (PSE): *"O relatório da Comissão dos Assuntos Constitucionais, dos colegas LAMASSOURE e SEVERIN, sobre a futura composição do Parlamento Europeu, é uma importante contribuição que aponta para uma solução equilibrada e objectiva numa matéria de grande sensibilidade política. Desejo, portanto, felicitar os dois relatores."*

Importa lembrar que foi o Conselho Europeu de Junho passado que cometeu ao Parlamento Europeu a solução do problema da sua futura composição até Outubro de 2007, por forma a que aquela se aplique já nas eleições europeias de 2009. A quem receava que o Parlamento fosse incapaz de resolver esta questão em virtude da prevalência de lógicas nacionais, este relatório constitui uma boa resposta e um exemplo de como esta instituição está apta a identificar e a

afirmar o interesse comum europeu sobre as dinâmicas nacionais que tendem a enredar o domínio intergovernamental.

A definição da posição do Parlamento Europeu é importante para o bom andamento dos trabalhos da CIG, que deverão culminar em Lisboa nos dias 18 e 19 de Outubro. É, pois, essencial reconhecer o vínculo político existente entre a nova proposta de repartição de lugares segundo o princípio da proporcionalidade degressiva e o pacote de reformas relativas às instituições da União, em especial o princípio da dupla maioria para a determinação da maioria do Conselho.

Aproveito para realçar a necessidade de que o Tratado Reformador, na sua vertente institucional, seja coerente e que em relação à questão da dupla maioria, que visivelmente só entrará em vigor em 2014-2017, não se codifique nos Tratados acordos de cavalheiros, como o compromisso de Ioaninna, que permanecem vigentes, mas que adquirindo reconhecimento legal no actual quadro apenas contribuiriam para o bloqueio da tomada de decisões no Conselho.

Desde o início que sabíamos que a questão da composição do Parlamento Europeu não era uma mera questão matemática. Nos limites das condicionantes existentes, a solução a encontrar tinha que obedecer a três princípios: o princípio da solidariedade, pela qual os Estados-Membros com maior população aceitam ficar subrepresentados, o princípio da pluralidade, permitindo a representação do leque das principais orientações políticas em cada país, e o princípio da eficácia, limitando o número máximo de deputados a um nível compatível com o papel de uma assembleia legislativa. Utilizando o princípio da proporcionalidade regressiva, os relatores chegaram a uma proposta razoavelmente consensual.

Vou terminar, dizendo que não é necessário ao Parlamento Europeu considerar que o acordo obtido é perfeito para poder dar o seu assentimento político. Com as suas fragilidades, o actual texto reforça a credibilidade do Parlamento Europeu e é infinitamente melhor que o prolongamento irresponsável de um braço de ferro entre egoísmos nacionais, que daria pesados custos para a União e os seus cidadãos.

Em vésperas de um importante Conselho Europeu, esta câmara, representante dos nossos cidadãos – tenho dificuldade em acompanhar a teoria de que esta câmara também representa os Estados-Membros –, privilegia o interesse europeu, confiando que os Chefes de Estado assim o façam também”.

Alain LAMASSOURE (PPE/DE, FR)

Relator

Adrian SEVERIN (PSE, RO)

Relator

Transportes

➤ **Reforço da capacidade e da segurança dos aeroportos na Europa**

Na UE, a procura de voos aumenta a uma média de 5,2% ao ano. Em 2025, a procura será 2,5 vezes superior à de 2003. "Mesmo tendo em conta todos os novos investimentos, mais de 60 aeroportos serão incapazes de responder à procura das horas de ponta sem atrasos ou incapazes de satisfazer a procura, ficando por realizar 3,7 milhões de voos por ano", avança um relatório da Comissão dos Transportes aprovado em plenário em 11 de Outubro.

Segundo um estudo da Eurocontrol (Organização Europeia para a Segurança da Navegação Aérea), referido no relatório, a falta de capacidade e o aumento da procura de voos darão provavelmente origem a uma procura de 10 novos aeroportos de grande dimensão e de 15 novos aeroportos de média dimensão.

Embora a planificação das novas infra-estruturas continue a ser da competência dos Estados-Membros, os eurodeputados solicitam à Comissão Europeia que transmita ao PE, antes de 2009,

um relatório sobre um plano director para uma capacidade aeroportuária melhorada na Europa. Esse relatório deve, segundo o PE, estabelecer *"uma abordagem coesa para os Estados-Membros, com vista a promover e coordenar quaisquer iniciativas nacionais e transfronteiriças para construir novas capacidades aeroportuárias dedicadas ao tráfego internacional e tirar mais partido das capacidades existentes"*.

Uma vez que os aeroportos existentes não se poderão expandir de forma a responder às necessidades, *"uma das alternativas para responder ao elevado número de voos que, em 2025, de outra forma não se poderá realizar consistiria na construção de aeroportos de apoio nas imediações dos aeroportos congestionados"*, propõe o Parlamento.

O relatório salienta que só a coexistência de vários modelos aeroportuários, de acordo com as especificidades nacionais, permitirá à UE satisfazer as suas necessidades neste domínio e que os aeroportos centrais e regionais, através de viagens *"ponto a ponto"*, podem, cada qual à sua maneira e de acordo com as restrições específicas dos diferentes Estados-Membros, responder aos problemas ambientais.

"Uma capacidade aeroportuária adequada, bem como uma assistência em escala e uma utilização da capacidade eficientes, são essenciais para a economia europeia e têm de ser asseguradas", afirmam os eurodeputados.

Promover um crescimento compatível com o ambiente

O desenvolvimento do tráfego aéreo, que aumentou consideravelmente nos últimos anos, *"provocou um grande aumento do volume global das emissões de gases com efeito de estufa por parte deste sector"*, lembra o PE (+100% relativamente a 1990, segundo as estimativas da Agência Europeia do Ambiente), tendo a *"congestão aeroportuária muito contribuí para tal"*.

Segundo o relatório, *"o crescimento do transporte aéreo terá de ser acompanhado de medidas técnicas e regulamentares que limitem os seus custos externos"*. Os eurodeputados saúdam, neste contexto, a iniciativa da Comissão no sentido de integrar a aviação no regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa da União Europeia (UE - ETS), mas recordam que a eficiência das iniciativas destinadas a reduzir o impacto do transporte aéreo no meio ambiente *"depende igualmente das políticas dos países à escala mundial"*, sublinhando a necessidade de estabelecer *"programas conjuntos com países terceiros"*.

Aeroportos das regiões isoladas, periféricas ou ultraperiféricas

O Parlamento Europeu *"faz votos"* de que os aeroportos de *"ordenamento do território"* das regiões isoladas, periféricas ou ultraperiféricas possam continuar a beneficiar dos auxílios estatais proporcionalmente às suas actividades de interesse geral, realçando o papel essencial da aviação como meio de transporte que assegura a coesão territorial, económica e social da União, *"nomeadamente no que diz respeito às regiões periféricas e insulares"*.

Anne E. JENSEN (ALDE, DK)
Relatora

➤ Acordo aéreo entre a UE e os Estados Unidos

O Parlamento Europeu deu luz verde à celebração do acordo de transportes aéreos entre a UE e os Estados Unidos, o qual deverá ser aplicado provisoriamente a partir de 30 Março de 2008.

Os serviços aéreos actualmente operados entre a União Europeia e os Estados Unidos baseiam-se em acordos bilaterais celebrados a título individual entre os Estados-Membros e os EUA. Estes acordos bilaterais contêm disposições que o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias declarou, em Novembro de 2002, incompatíveis com o Direito comunitário. Decidiu-se, por isso, criar um novo quadro legal para as relações entre a UE e os EUA no domínio da aviação e encetar negociações tendo em vista um Acordo de Transportes Aéreos entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e os EUA, por outro. Estas negociações foram conduzidas pela Comissão Europeia no âmbito de um mandato recebido do Conselho em

Junho de 2003. O projecto de acordo foi alcançado em 2 de Março deste ano e foi assinado na Cimeira UE-EUA, a 30 de Abril.

O Parlamento Europeu reagiu de forma rápida, adoptando, em 14 de Março, uma resolução sobre a celebração do acordo de transporte aéreo. Nessa resolução, o PE regozija-se com o projecto de acordo, na medida em que se trata de um passo importante para a realização de um mercado integrado da aviação transatlântica, que será vantajoso para os consumidores. Embora o PE tivesse preferido a celebração de um acordo global equilibrado, mostrou-se disposto a aceitar uma abordagem faseada. A segunda fase do acordo deverá ter em conta aspectos como a cabotagem, o direito de estabelecimento, a propriedade e o controlo efectivo e os auxílios estatais.

Saïd EL KHADRAOUI (PSE, BE)
Relator

PESCAS

➤ **Recolha e gestão dos dados essenciais à condução da política comum da pesca**

O Parlamento Europeu aprovou, por 382 votos a favor, 11 contra e 5 abstenções, o relatório do eurodeputado português Paulo CASACA (PSE) sobre uma proposta que altera o Regulamento n.º 1543/2000, que institui um quadro comunitário para a recolha e a gestão dos dados essenciais à condução da política comum da pesca.

À luz da nova filosofia da gestão da pesca e para preparar uma política marítima para a UE, a Comissão Europeia propôs que este regulamento fosse substituído por um novo regulamento mais abrangente para a recolha de dados, mais adequado para dar resposta às actuais e futuras exigências.

Espera-se que o novo regulamento entre em vigor em 2008. É necessário, no entanto, proceder à alteração do Regulamento n.º 1543/2000 em vigor para **evitar uma sobreposição do antigo e do novo regulamento e evitar sobrecargas administrativas desnecessárias para os Estados-Membros e para a Comissão**. Evitar-se-á deste modo a actual obrigação de os Estados-Membros apresentarem programas nacionais de seis anos para a recolha e a gestão de dados de 2007 a 2012, de acordo com regras que em breve serão substituídas. Em vez disso serão elaborados programas de transição que cobrem os anos de 2007 e 2008.

A proposta da Comissão efectua estas modificações necessárias e é, conseqüentemente, apoiada pelos eurodeputados sem alterações.

Agricultura

➤ **Transparência das despesas agrícolas europeias**

O PE acolheu favoravelmente a "longamente esperada" proposta do executivo comunitário que visa melhorar a transparência e a execução das despesas agrícolas europeias, introduzindo-lhe todavia, em processo de consulta, algumas alterações. Esta proposta decorre da iniciativa europeia em matéria de transparência que propõe a publicação de informação sobre os beneficiários dos fundos comunitários.

No que respeita à agricultura, foi necessário adaptar, em nome da transparência, o Regulamento nº 1290/2005 relativo ao financiamento da Política Agrícola Comum (PAC). A proposta da Comissão Europeia estabelece, entre outras, as seguintes medidas:

- Despesas do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA): distinção clara entre pagamentos directos e outros pagamentos;
- Despesas do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER): um montante único congregando todo o financiamento público;
- Publicação *ex-post* anual referente a cada exercício orçamental;
- Publicação de informação referente a despesas de fundos do FEADER a partir de 1 de Janeiro de 2007 e referente a despesas de fundos do FEAGA a partir de 16 de Outubro de 2007;
- Publicação de informação a nível nacional pelos Estados-Membros.

Para aumentar a transparência do sistema de publicação, o relator da Comissão da Agricultura do PE, Georgios **CHATZIMARKAKIS** (ALDE, DE), propõe que os dados sejam obrigatoriamente publicados na Internet e que sejam estabelecidas interconexões entre as páginas Web dos Estados-Membros e as da Comissão e entre as páginas Web criadas num Estado-Membro. O Parlamento Europeu propõe ainda outros critérios mínimos para a informação publicada com vista a aumentar a comparabilidade entre os Estados-Membros.

Dado que a transparência é fundamental para um controlo orçamental melhorado, os eurodeputados consideram que deve ser prevista uma sanção em caso de não publicação: "os pagamentos para o fundo em causa e para o organismo pagador em causa serão reduzidos globalmente em 2% por cada ano em que não tenham sido sanadas as deficiências graves".

Quanto à protecção dos dados, o PE defende que esta questão deve ser tratada no próprio regulamento, e não na legislação de aplicação, uma vez que os dados publicados têm um impacto directo na privacidade individual, acrescentando que os indivíduos em causa devem ser informados antes da publicação dos seus dados.

Jorgo CHATZIMARKAKIS (ALDE, DE)
Relator

Direitos da Mulher / Igualdade de Oportunidades

➤ **PE apela a mais acção contra os feminicídios na América Central e no México**

O México e os países da América Central são os únicos Estados onde existe o fenómeno do "*feminicídio*", salienta um relatório aprovado em plenário que se inscreve numa estratégia global de erradicação, a nível mundial, da violência exercida contra as mulheres. No documento, aprovado por 560 votos a favor, 4 contra e 6 abstenções, o PE solicita à Comissão Europeia que reforce a atenção consagrada e este fenómeno nos documentos de estratégia por país e que proponha um plano de acção.

O Parlamento Europeu afirma que os "feminicídios não podem ser unicamente atribuídos a um clima de violência generalizada", mas que "é necessário ter igualmente em conta a discriminação e o contexto socioeconómico local desfavorável às mulheres" – mais ainda no caso das mulheres indígenas –, bem como elevados níveis de pobreza, de dependência económica das mulheres, os bandos criminosos e o não desmantelamento dos "corpos ilegais e aparelhos clandestinos de segurança".

O relator, o eurodeputado espanhol Raúl **ROMEVA RUEDA** (Verdes/ALE), convida os governos nacionais, no âmbito das suas relações bilaterais com os países da América Latina, e as instituições da UE, no quadro da parceria estratégica, a apoiarem com programas de cooperação e com recursos técnicos e financeiros as políticas de prevenção e de protecção em matéria de violência contra as mulheres, como a criação ou o reforço de programas de sensibilização e de formação relativos às problemáticas do género, a aumentarem o orçamento dos organismos incumbidos de investigar os homicídios, a criarem sistemas de protecção eficazes para as testemunhas, as vítimas e suas famílias, e a reforçarem as capacidades dos tribunais, dos corpos de segurança e dos procuradores-gerais, a fim de facilitar o julgamento e a condenação de responsáveis, bem como o combate ao tráfico de droga e ao crime organizado.

Os eurodeputados instam também a Comissão Europeia a prestar informações sobre os progressos realizados nesta matéria no âmbito das negociações do Acordo de Associação entre a América Central e a Comunidade Europeia, antes da conclusão das negociações, ou, de qualquer forma, antes da Cimeira União Europeia-América Latina e Caraíbas, que terá lugar em Lima, em Maio de 2008.

Os dados

De acordo com os números oficiais mexicanos referidos no relatório, 6.000 mulheres de várias faixas etárias foram assassinadas no México entre 1999 e 2006. Só no ano de 2004, 1.205 raparigas foram vítimas de homicídio. Na Guatemala, 1.188 mulheres foram assassinadas entre 2001 e Agosto de 2004. Em 2001 houve em El Salvador 2.374 homicídios, número que ascendeu a 2.933 em 2004. Nas Honduras, 442 mulheres, jovens e meninas perderam a vida entre 2002 e 2005. Na Nicarágua, 203 mulheres foram assassinadas e vítimas de homicídio entre 2003 e 2005.

Duas cidadãs holandesas foram também vítimas de feminicídio: Hester Van Nierop, assassinada em 1998 em Ciudad Juárez (o caso continua impune), e Brenda Susana Margaret Searle, assassinada em 2001 em Chichen Itzá, no Yucatán (sentença pronunciada a 26 de Fevereiro deste ano com a condenação dos dois culpados a penas de 33 e 39 anos de prisão).

Intervenção de eurodeputados portugueses

Edite **ESTRELA**, em nome do grupo PSE: *"Começaria por felicitar o relator pelo excelente trabalho realizado, pelo diálogo permanente com as relatoras-sombra, pela abertura e receptividade às sugestões que lhe foram sendo apresentadas. Este foi um processo muito participado, que considero mesmo exemplar. O grupo socialista apoia, pois, o conteúdo do relatório e as propostas de alteração apresentadas.*

Nós sabemos que quando há problemas, qualquer que seja a sua natureza, as mulheres são sempre quem mais sofre, em todo o mundo, na Europa, na América, na Ásia, na África, em todo o lado. A pobreza e a exclusão social são do género feminino, assim como a violência, violência psicológica e violência física, violência extrema que conduz à morte. É desta violência extrema que trata este relatório, da morte de muitas mulheres em países da América Central e do México. Tive a oportunidade de, com o relator, no âmbito da Delegação União Europeia - América Central, visitar a Guatemala e de ouvir os registos, os relatos impressionantes de muitas dirigentes de Organizações Não Governamentais.

Nós sabemos que são cometidos muitos feminicídios na Guatemala e na cidade de Juárez. Os feminicídios, como é dito no relatório, não podem ser unicamente atribuídos a um clima de violência generalizada. É necessário ter em conta o contexto e a discriminação a que as mulheres ainda estão sujeitas. É também realmente uma tragédia que, em muitos casos, tem ficado impune. Há aliás, e é referido no relatório, o caso de duas cidadãs holandesas que também foram vítimas de feminicídio. E por isso, embora haja alguns avanços, algumas medidas que têm sido

adoptadas, não são suficientes, é preciso ir mais longe, e sobretudo é necessário que haja um sistema eficaz de protecção das testemunhas e das vítimas para que os responsáveis possam ser punidos e que o Parlamento Europeu, nas suas missões com esses países, coloque este assunto sempre na ordem do dia".

Ilda FIGUEIREDO (CEUE/EVN): "Não podemos ficar indiferentes à violência exercida contra as mulheres em qualquer parte do mundo, nomeadamente nos nossos países. Por isso, é com particular atenção que acompanhamos este grave problema no México e em alguns países da América Central, onde há ainda verdadeiros feminicídios que não podem ser atribuídos apenas a um clima de violência generalizada.

Sabemos que é preciso ter também em conta as discriminações e o contexto socio-económico local, que é desfavorável às mulheres, situação que se agrava no caso das mulheres indígenas, com elevados níveis de pobreza, de dependência económica, mas a que acresce também a actuação de bandos criminosos. Daí que manifeste aqui a nossa solidariedade às mulheres vítimas desta violência e junte o nosso apelo ao cumprimento dos direitos das mulheres e ao respeito pela sua dignidade, apoiando o relatório do colega Raul ROMEVA".

Raül ROMEVA I RUEDA (Verdes/ALE, ES)
Relator

Ajuda Humanitária

➤ **PE solicita o levantamento do bloqueio imposto à Faixa de Gaza**

Numa resolução aprovada em plenário sobre a situação humanitária em Gaza, os eurodeputados apelam ao levantamento do bloqueio à livre circulação de pessoas e mercadorias e instam Israel a garantir o fluxo de recursos financeiros para a Faixa de Gaza, que se encontra suspenso desde 25 de Setembro.

"A crise humanitária na Faixa de Gaza atingiu um nível catastrófico", declara o Parlamento Europeu no documento aprovado pela grande maioria dos deputados.

Entre os vários pontos da resolução, o PE exorta Israel a cumprir as suas obrigações internacionais no quadro das convenções de Genebra, no sentido de garantir o fornecimento de ajuda humanitária, assistência humanitária e serviços essenciais, como a electricidade e os combustíveis, à Faixa de Gaza; solicita o levantamento do bloqueio imposto à Faixa de Gaza; insta Israel a assegurar a livre circulação de pessoas e mercadorias em Rafah, em conformidade com o Acordo de Circulação e Acesso e a missão da UE de assistência nas fronteiras, bem como a livre circulação de mercadorias em Karni; exorta o Conselho, o Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum e a Comissão a assumirem plenamente as suas responsabilidades pela aplicação deste acordo; e insta Israel a garantir o fluxo de recursos financeiros para a Faixa de Gaza, que se encontra suspenso desde 25 de Setembro, salientando que a falta de acesso a recursos financeiros tem um impacto grave na vida económica, social e quotidiana dos palestinianos.

Os eurodeputados exortam também a Autoridade Palestiniana e o Hamas a facilitarem, "apesar do impasse político", o funcionamento das instituições públicas que prestam serviços essenciais e as operações dos serviços, agências e organizações humanitários internacionais que procuram melhorar as condições de vida de todos os palestinianos que vivem na região.

Intervenção de eurodeputados portugueses no debate

Jamila **MADEIRA** (PSE): "Dizia esta semana Jimmy Carter, numa entrevista, que desde Clinton nunca mais houve negociações bem intencionadas em matéria de Médio Oriente sob o patrocínio dos Estados Unidos da América. Por isso, a expectativa para esta Conferência Internacional em Novembro é alta. É a expectativa de que algo surja de concreto, para que as soluções para o drama humano e para o conflito tenham efectivamente data marcada.

A situação humanitária em Gaza actualmente está degradante, vem-se degradando. Se há uns meses tínhamos uma verdadeira prisão a céu aberto cada vez mais fechada, cada vez temos isso a somar todos os dias as mortes, a fome, o medo, o poder das armas e o condicionar, dentro e fora dos muros, a vida de milhares de civis. A ajuda humanitária é urgente e à luz das convenções de Genebra é imperativo que Israel permita a sua efectivação. Que a circulação de pessoas e de mercadorias se tornem uma realidade para não assistirmos ali, naquela área encostada ao mar, a um verdadeiro drama humano.

O fim da violência e a procura de um acordo baseado nas resoluções existentes que permita a convivência, em paz, entre palestinianos e israelitas são os objectivos maiores que nos deverão mobilizar na próxima Conferência Internacional para que não seja tarde demais".

Nota: Os textos finais são da responsabilidade do GEPSD e feitos com base na informação do Serviço de Imprensa português do Parlamento europeu.